



Artigo

**Laços Comunitários e Estigma:
um estudo sobre o programa “Minha Casa Minha Vida”**

*Community Bonds and Stigma:
a study on the program “Minha Casa Minha Vida”*

*Lazos Comunitarios y Estigma:
un estudio sobre el programa “Minha Casa Minha Vida”*

*Liens Communitaires et Stigmaté:
un étude sur le programme “Minha Casa Minha Vida”*

Douglas Cardoso da Silva¹

¹ Graduado em Psicologia pela Universidade Cruzeiro do Sul, São Paulo, SP, Brasil, especialização em Teoria Psicanalítica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil e mestre em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. Atua, desde o ano de 2011, junto a prefeituras e movimentos sociais de moradia na orientação de projetos sociais vinculados ao programa federal Minha Casa, Minha Vida.

Resumo

Este estudo buscou identificar elementos que caracterizam as relações entre os moradores do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), com o objetivo de melhor compreender qual a concepção dos moradores a respeito da sua vizinhança e avaliar se a dinâmica de implementação do programa favorece a construção de laços comunitários duradouros. A pesquisa foi desenvolvida a partir dos pressupostos da observação participante, privilegiando o discurso dos moradores, em conjuntos habitacionais localizados na cidade de Mogi das Cruzes. Constatou-se que entre eles prevalece uma concepção estigmatizada a respeito dos vizinhos e a percepção negativa formulada sobre o grupo do qual fazem parte parece ser traço demasiadamente profundo. Os elementos utilizados para identificar os vizinhos, e a si próprios, estão relacionados, principalmente, com os estigmas da pobreza. A percepção de qualidades comuns compartilhadas é depreciativa, e as relações entre eles se estabelecem de maneira, sobretudo, hostil, quando não violenta. A conclusão a que se chegou é que a dinâmica do PMCMV não favorece a construção de entendimentos e relações de outra ordem. Dessa forma, os moradores parecem vivenciar uma experiência de maior fragilidade, pois sua inserção no programa implica uma ruptura com os laços construídos em suas antigas moradias, gerando um processo de desenraizamento; por outro lado, a dinâmica que rege a implementação do programa parece não oferecer condições apropriadas para a construção de uma comunidade e a consolidação de relações fraternas e consistentes. É preciso reconhecer o mérito do PMCMV pela construção em massa de moradias para a população de baixa renda, contudo, é de fundamental importância analisar de que maneira as famílias são atendidas pelo programa.

Palavras Chave: Programa Minha Casa Minha Vida; Estigma; Desenraizamento; Comunidade; Violência.

Abstract

This paper aims to identify some elements that characterize the relationships between the residents of the housing project “Minha Casa Minha Vida (PMCMV)” in order to better understand the residents' conception of their neighborhood and to evaluate if the dynamics of deployment inside the program helps to establish mutual trust. The research was based on the observation of the inhabitants' speech, by promoting their participation. This research took part in the housing projects settled in the city of Mogi das Cruzes. It has been found that a stigmatized conception of neighbors prevails among them, and the negative perception expressed about the group of which they are part seems to be too deep. The elements used to identify neighbors, and themselves, are mainly related to the stigmas of poverty. The perception of common shared qualities is derogatory, and relations between them are hostile, if not violent. The conclusion reached is that the dynamics of the PMCMV does not favor the establishment of agreements. In this way, the residents seem to live a weak experience, since their insertion in the program implies a rupture with their old bonds, generating an uprooting process. On the other hand, the dynamics that rule the implementation of the program do not seem to offer

adequate conditions for the construction of a community and the consolidation of fraternal and consistent relationships. It is necessary to recognize the merit of the PMCMV for the mass construction of housing for the low income population; however, it is fundamental to analyze how the families are being served by the program.

Keywords: Housing Projects; MCMV; Uprooting; Community; Violence.

Resumen

Este estudio buscó identificar los elementos que caracterizan las relaciones entre los habitantes del Programa de viviendas sociales “Minha Casa Minha vida” (PMCMV) con el objetivo de comprender mejor cuál es la concepción de los habitantes acerca de su vecindad y evaluar si la dinámica de implementación del programa es un sistema favorable a la construcción de los vínculos comunitarios duraderos. La investigación fue desarrollada a partir de los presupuestos de la observación participante, privilegiando el discurso de los moradores, en viviendas sociales ubicadas en la ciudad “Mogi das Cruzes”. Se ha constatado que entre ellos prevalece una concepción estigmatizada respecto de los vecinos, y la percepción negativa formulada sobre el grupo del que forman parte parece ser un rasgo demasiado amplio. Los elementos utilizados para identificar a los vecinos, y a sí mismos, están vinculados con los estigmas de la pobreza. La percepción de cualidades comunes compartidas es despectiva, y las relaciones entre ellos se establecen de manera sobre todo hostil y a veces violenta. La conclusión que se ha llegado es que la dinámica del PMCMV no favorece la construcción de entendimientos. De esta forma, los residentes parecen experimentar una experiencia de mayor fragilidad, pues su inserción en el programa implica una ruptura con los lazos consolidados en sus antiguas viviendas, generando un proceso de desarraigo; por otro lado, la dinámica que rige la implementación del programa parece no ofrecer condiciones apropiadas para la consolidación de una comunidad y la consolidación de relaciones fraternas. Es necesario reconocer el mérito del PMCMV por la construcción masiva de viviendas para la población de menores ingresos. Sin embargo, es de fundamental importancia analizar de qué manera las familias son atendidas por el programa.

Palabras Clave: Viviendas Sociales; MCMV; Desarraigo; Comunidad; Violencia.

Resumé

Cette étude a cherché à identifier éléments que caractérisent entre les résidents du programme de logement social « Minha Casa Minha Vida (PMCMV) » pour évaluer la conception de les résidents sur leur voisinage et estimer si la dynamique de la mise en oeuvre du programme favorise la construction de liens sociaux durables. La recherche a été a partir des conditions de la observation participante, en privilégiant le discours d’habitants du las villes de logement sociaux dans la cité « Mogi das Cruzes ». Il a été constaté que entre eux prévaut

une certaine conception stigmatisée en rapport leur voisins et il semble que la perception négative formulée sur le group dont ils font partie, est trop profonde. Les éléments utilisés pour identifier les voisins et eux mêmes sont associés à la stigmatisation de pauvreté. La perception des qualités partagés communes est méprisant et les relations entre eux si fait hostiles ou quand même violente. La conclusion que cette recherche est arrivé est que la dynamique du PMCMV ne favorise pas la creation d'ententes ou d'autres relations. De cette façon, il semble que les résidents vivent avec de la fragilité parce que leur insertion implique une rupture avec les liens que ils eu dans les anciennes maisons, ce qui entraîne un processus u déracinement. En revanche, la dynamique qui regit la mise en oeuvre du programme ne semble pas proposer les conditions pour la construction d'une communauté et la consolidations des relations fraternelles. Il faut que si reconnaitre la merieté du PMCMV pour la construction massive le logements sociaux pour les pauvres, mais c'est très importante d'analyser comment les familles son repodus pour le programme.

Mots-Clés: Logement social; MCMV; Déracinement; Communauté; Violence.

Introdução

O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) foi lançado pelo Governo Federal em março de 2009, como forma de reagir à crise econômica internacional de 2008 – conhecida como crise do *subprime*, que ameaçava chegar ao Brasil no segundo semestre de daquele ano (Bonduki, 2014) –, por meio do incentivo à construção e aquisição de unidades habitacionais (Maricato, 2011).

O PMCMV foi elaborado para o atendimento de famílias situadas em três diferentes faixas de renda, e possui mecânicas específicas e subvenções econômicas distintas em cada uma delas (Rolnik *et al.*, 2015). Em 2016, na terceira fase do programa, foi criada uma quarta faixa, nomeada de 1,5. O PMCMV, então, passava a atender famílias com renda mensal de até R\$ 1.800,00 na faixa 1; R\$ 2.600,00 na faixa 1,5; R\$ 4.000,00 na faixa 2; e R\$ 7.000,00 na faixa 3¹.

Na faixa 1, a construtora é responsável pela execução do projeto e é remunerada diretamente com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), que recebe aportes do Orçamento Geral da União (OGU). Nessa faixa, é atribuição do poder público municipal indicar as famílias que irão residir no empreendimento. Para participar do processo de seleção, elas devem efetuar inscrição na prefeitura e aguardar um sorteio que definirá quais delas serão inseridas no programa. As famílias selecionadas devem efetuar pagamentos mensais, calculados a partir de sua renda bruta mensal, ao longo de dez anos.

As demais faixas do PMCMV possuem condições distintas e fazem parte do chamado “mercado popular”, em que os compradores firmam contratos de compra e venda diretamente com a construtora. Na faixa 2 há abatimento para pagamento da entrada, o que caracteriza subsídio direto. Ainda que os incentivos nessas faixas sejam bem inferiores aos da 1 (cujo subsídio pode chegar a 90% do valor da unidade habitacional), os subsídios econômicos oferecidos tornam o programa bem mais atrativo do que outros financiamentos de mercado (a faixa 3 não conta com subsídio direto, mas as taxas de juros são bem menores do que a do mercado convencional). Nessas faixas, a construtora atua como incorporadora da operação e se responsabiliza pela comercialização das unidades habitacionais (Rolnik *et al.*, 2015).

O Programa Minha Casa Minha Vida se consolidou como o maior programa habitacional para atendimento de população de baixa renda da história, sendo responsável pela contratação de 3,7 milhões de unidades habitacionais até meados de 2014. Para fins de comparação, o Banco Nacional de Habitação (BNH), durante os vinte e dois anos de sua existência, financiou 4,5 milhões de moradias, ao passo que o PMCMV, em cinco anos, atingiu cerca de 80% desse montante (Amore, 2015). Segundo dados divulgados pelo Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), até 2018 já haviam sido contratadas aproximadamente 5,5 milhões de unidades habitacionais pelo programa. Ainda assim, o PMCMV é alvo de reiteradas críticas, sobretudo pela

¹ Dados disponíveis em: <http://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/minha-casa-minha-vida/urbana/Paginas/default.aspx>

baixa qualidade construtiva e pela localização periférica dos empreendimentos, que reproduz o lugar historicamente relegado às camadas mais pobres (Rolnik, 2014).

Dada a abrangência e a importância do programa na história da política habitacional brasileira, é extremamente relevante compreender de que forma o PMCMV vem atendendo à população, destacando, principalmente, os aspectos qualitativos, já que os quantitativos são bem conhecidos – e merecem todo reconhecimento, pois o programa foi capaz de aportar subsídios bilionários, como nunca havia acontecido antes, para o atendimento à população de baixa renda (Bonduki, 2014). Diversos estudos foram desenvolvidos sobre o PMCMV, sobretudo, acerca da inserção urbana e seus impactos sociais e econômicos (tal como o relevante livro “Minha casa... a Cidade?”, trabalho que reúne inúmeras pesquisas sobre o programa em diversos estados, publicado em 2015).

Em nossa pesquisa nosso enfoque foi distinto, procuramos investigar as relações interpessoais de um grupo que compartilha um mesmo espaço moradia. Buscamos identificar quais elementos caracterizam as relações entre os moradores do PMCMV, questionando se, dentro da dinâmica do programa, seria possível a edificação de um grupo voltado para a ação e a mútua proteção. Nesse contexto, procuramos compreender qual é a concepção dos moradores a respeito da sua vizinhança (e de si próprios), assim como apontar se a mecânica de implementação do PMCMV favorece ou não a construção de laços comunitários duradouros.

1. Metodologia

Esta pesquisa foi desenvolvida a partir dos pressupostos da observação participante, entendida como experiência de deslocamento do pesquisador para bem próximo daqueles que são atingidos diretamente pelo fenômeno a ser estudado. A adoção dessa perspectiva tem a finalidade de buscar construir, quanto possível, uma relação não hierarquizada com os interlocutores. Pode-se considerar a observação participante uma modalidade da pesquisa participante, que, segundo Brandão (2006), pressupõe que os agentes sociais populares sejam considerados mais do que beneficiários passivos dos efeitos da pesquisa:

Homens e mulheres de comunidades populares são vistos como sujeitos cuja presença ativa e crítica atribui sentido à pesquisa participante. Ou seja, uma pesquisa é “participante” não porque atores sociais populares participam como coadjuvantes dela, mas sim porque ela se projeta, porque realiza desdobres através da participação ativa e crescente desses atores. (Brandão, 2006: 31)

Para a elaboração deste artigo, foram reunidos os discursos narrativos de moradores de conjuntos habitacionais do PMCMV que remetiam às relações estabelecidas entre os próprios moradores, assim como as percepções construídas a respeito do grupo com quem compartilham o mesmo espaço. Procurou-se destacar os discursos mais representativos, que ilustravam de maneira mais incisiva as inúmeras narrativas que ouvimos durante os anos de desenvolvimento da pesquisa.

No trabalho de análise, buscamos articular cuidadosamente as falas e os textos teóricos, com o objetivo de assegurar equilibrado grau de importância entre o discurso dos moradores, os textos dos autores e também as percepções e memória do pesquisador. A partir da junção de diferentes perspectivas, alicerçadas em um diálogo real, é que se almejou alcançar uma compreensão maior dos fenômenos estudados: “Compreender, portanto, não significa um exercício de distanciamento de nosso próprio horizonte de significações; indica, antes de tudo, uma fusão e construção de um amálgama de nossos horizontes com os horizontes dos outros.” (Gonsalves, 2006: 253).

Tal perspectiva coaduna com a posição defendida por Gertz (2008), para quem a pesquisa como experiência pessoal significa buscar estar bem próximo do outro, inserindo-se no núcleo do seu mundo, esforço insaciável e nunca perfeito. A tentativa funda-se em alcançar a posição de nos comunicarmos com o outro sem substituí-lo, mas nos permitindo ser interpelados vivamente por ele e por seu mundo. O objetivo é alargar o discurso a respeito do outro e de nós mesmos.

Utilizamos o diário de campo como principal instrumento de registro da pesquisa. Consideramos que o diário é elaborado a partir do testemunho daquilo que marcadamente regeu a experiência de campo, e que vai assumindo a forma de uma narrativa discutida ou de uma discussão narrativa. As anotações foram breves, geralmente feitas pouco depois dos acontecimentos. Resumem episódios, assinalando a data, uma sentença, palavras, nomes, percepções ou sentimentos do pesquisador ou dos demais sujeitos. Essas anotações têm o propósito de servir como auxiliares da memória, e não como entraves. Assim, em um segundo momento, durante a escrita que buscou resgatar os episódios e elaborar narrativas, a memória trabalhou livremente, deixando-se orientar por aquilo que recolheu e que as anotações registraram.

Trilhar tal caminho levou-nos a reflexões sobre a dinâmica de implementação do programa, as quais buscamos apresentar e embasar a partir de outras pesquisas realizadas no âmbito do PMCMV. Procuramos apontar que muitas das características dos conjuntos pesquisados não compõem um cenário isolado, presente somente no grupo de empreendimentos que visitamos. No entanto, qualquer conjectura a respeito da abrangência das observações realizadas seria prematura, sendo necessária a realização de mais pesquisas acerca dessa complexa temática.

Todos os episódios descritos neste trabalho remetem às experiências vivenciadas em conjuntos habitacionais localizados em Mogi das Cruzes, município situado a aproximadamente cinquenta quilômetros da cidade de São Paulo, e com uma população de cerca de quatrocentos mil habitantes². As visitas foram realizadas, em média, a cada quinze dias, em dez diferentes conjuntos (cujo número de unidades habitacionais de cada um, variava entre duzentas e duzentas e quarenta), no período de maio de 2013 a novembro de 2016. Com a finalidade de preservar a identidade dos moradores, optamos por utilizar nomes fictícios e não identificar os conjuntos habitacionais.

² Dados disponíveis em: <http://www.mogidascruzes.sp.gov.br/mogi-das-cruzes/descobrimo-mogi-das-cruzes>

2. Segregação e Estigma

A primeira faixa do Minha Casa Minha Vida, como já pontuado, destina-se ao atendimento de famílias com renda mensal de R\$ 0,00 a R\$ 1.800,00. Encontramos, portanto, dentro de um mesmo conjunto habitacional, uma considerável variação de rendimentos dos moradores e observamos ser comum que aqueles economicamente mais vulneráveis sejam alvo de algum tipo de segregação e preconceito por parte dos próprios vizinhos. Tal dinâmica ficou mais evidente em um grupo de oito conjuntos habitacionais contíguos localizados em um bairro periférico da cidade de Mogi das Cruzes. Os moradores dali – sobretudo quando ocorria algum tipo de conflito – sugeriram inúmeras vezes que deveria ser criada uma subdivisão dentro da primeira faixa do programa para o atendimento e a segregação das famílias em condições mais precárias (frequentemente nomeadas, de forma pejorativa e genérica, como pessoas que vinham da “beira dos córregos”): “Não deviam colocar essas pessoas que moravam em terrenos invadidos, beira de córregos, para morar junto da gente!”, declarou uma moradora.

Muitas vezes, os problemas de convivência ou qualquer tipo de distúrbio dentro dos conjuntos eram rapidamente atribuídos aos moradores originários das áreas classificadas como de risco (locais impróprios para moradia, sujeitos a riscos naturais, inundações, deslizamentos, geralmente desprovidos de serviços básicos). Em um dos inúmeros diálogos, a síndica – e moradora de um dos conjuntos – declarou enfaticamente: “Essas pessoas que vieram da beira do córrego, de terrenos invadidos, não pagavam água, luz, condomínio... Não sabem morar aqui!”

Importante observar que as expressões depreciativas não eram empregadas apenas para designar os vizinhos originários dessas áreas. Prevalencia a concepção de que a vizinhança, de maneira geral, era um grupo do qual não seria digno fazer parte. Um breve, mas revelador diálogo estabelecido com uma adolescente, moradora de um dos conjuntos, contribuiu para elucidar questões a respeito dessa complexa temática. Segue transcrição de um trecho do diário de campo (23 de abril de 2014):

Ao me identificar como psicólogo, obtive eloquente e espontânea resposta:
– Que bom! Eu preciso muito conversar com um psicólogo. Na verdade, eu precisava ter umas dez conversas com um psicólogo!
Perguntei por qual motivo acreditava ter que conversar tanto assim com um psicólogo e sua resposta foi: Sou muito problemática! Interroguei-a novamente, por qual motivo se considerava problemática e ela procurou me elucidar, dizendo que era muito nervosa, e completou:
– Na verdade, todo mundo aqui é problemático!
Outra adolescente se aproximou, inicialmente rindo das respostas da amiga, concordou que todos ali precisavam conversar com psicólogos. Em seguida, contou sobre sua participação nas atividades do trabalho social³, em especial nas ações socioambientais:

³ O PMCMV prevê a realização obrigatória de trabalho social, definido pela Portaria 21 (2014) como um conjunto de estratégias, processos e ações que visa promover o exercício da participação e a inserção social das famílias.

- Sou uma agente ambiental mirim! Disse-me com empolgação. Diante do engajamento da amiga, arrisquei perguntar à “problemática” adolescente se ela também participava de alguma atividade e ela prontamente respondeu:
- Não! Não me misturo com essa gente!

As concepções negativas construídas a respeito daqueles com quem deveriam dividir o mesmo espaço eram bastante comuns entre os moradores. Os vizinhos eram percebidos frequentemente como estranhos, bem mais do que propriamente como vizinhos, com quem seria possível estabelecer relações fraternas e de auxílio mútuo. Assim, percebe-se o estigma nas expressões utilizadas pelos moradores para definir sua vizinhança – pessoas “problemáticas”, “de beira do córrego”, gente com quem não deviam “se misturar” –, demonstrando a cristalização de uma percepção negativa e estereotipada a respeito do grupo do qual também fazem parte.

Goffman (2015: 14) utiliza o termo estigma para designar atributo extremamente depreciativo, e aponta o status de classe baixa como um importante estigma tribal: “O pecado dos pais, ou pelo menos seu ambiente, eram pagos pela criança se ela ultrapassava, de maneira inadequada, a sua condição social inicial.” Os estigmas parecem também influenciar na construção da concepção genérica e pejorativa sobre os moradores do programa por parte dos agentes externos – vizinhança do entorno dos empreendimentos, assim como na concepção dos atores responsáveis pela implementação do programa: governo federal, poder público municipal, instituições financeiras e construtoras.

Em uma das nossas visitas, diversos moradores manifestaram sua revolta com o tratamento a eles destinado por um operário da construtora. Designado para realizar alguns reparos no empreendimento ao ser recebido com descontentamento e impaciência devido aos recorrentes problemas construtivos, afirmou que aquilo estava muito bom para quem saiu da “beira do córrego”. Nos estudos realizados em conjuntos do PMCMV da região metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), pesquisadores (Nascimento *et al.*, 2015) destacam eventuais distorções relacionadas com os critérios nacionais que devem ser utilizados para a priorização das famílias selecionadas, sendo estes: famílias residentes em área de risco, regiões insalubres, ou que tenham sido removidas; unidades familiares que tenham mulheres como responsáveis; e famílias que tenham entre seus integrantes pessoas com necessidades especiais.

As prioridades, ainda que necessárias, carregam em si fortes estigmas alicerçados pela visão de que os condomínios do PMCMV são lugares de “pobres”, “favelados”, “velhos”, “deficientes” e “mulheres solteiras”. Tais estigmas comparecem na vivência do espaço externo (do restante da cidade em relação aos conjuntos) e do espaço interno (entre os próprios moradores) em todos os empreendimentos visitados na RMBH. (Nascimento *et al.*, 2015: 203)

Nascimento *et al.* (2015) destaca em sua pesquisa a existência de um estigma internalizado pelo preconceito para com a população advinda de assentamentos precários, grupo taxado por seus vizinhos como “favelados” e responsabilizado por diversas mazelas encontradas nos empreendimentos, situação similar à identificada em nossas investigações (neste caso, identificados como aqueles que saíram da “beira do córrego”).

3. Comunidade?

O que deve ser observado e promovido para que um grupo de famílias possa formar-se como uma vizinhança cordial? O que contribui para que de fato os vizinhos construam laços que edifiquem um relacionamento que seja colaborativo e acolhedor? Os moradores do PMCMV poderiam ser considerados membros de uma mesma comunidade?

Para tentar responder tais questionamentos, tomamos a distinção feita por Bauman (2003) de dois tipos de comunidades. Uma delas é a chamada comunidade estética ou “cabide”, caracterizada pela natureza superficial e transitória dos laços que surgem entre seus participantes. Há o entendimento tácito de que esses laços podem ser desfeitos, e sua dissolução não parece trazer inconveniência ou gerar temores. Assim, a comunidade estética não produz entre seus membros uma rede de responsabilidades éticas, nem, conseqüentemente, compromissos de longo prazo. Os vínculos estabelecidos são insólitos, sem conseqüências, e tendem a evaporar-se.

Em quase tudo oposta à comunidade estética, a comunidade ética é erigida a partir de compromissos de longo prazo, direitos inalienáveis e obrigações mútuas inabaláveis. Seus compromissos assumem o tipo do compartilhamento fraterno e reafirmam o direito de todos e de cada pessoa a um seguro comunitário contra erros e desventuras grupais e individuais. As pessoas vislumbram na comunidade ética a garantia de certeza, segurança e proteção, três das qualidades que lhes fazem falta cotidianamente e que não podem alcançar de forma isolada (Bauman, 2003).

A dinâmica dominante na implementação do PMCMV parece inviabilizar ou, ao menos, reduzir as condições necessárias para a formação e consolidação de uma comunidade ética. São diversos os elementos que identificamos na mecânica do programa como potencialmente inibidores da construção de laços comunitários. Contudo, neste estudo, gostaríamos de destacar o problemático processo de indicação das famílias, de responsabilidade do poder público municipal. Rufino (2015) considera que a falta de transparência na construção do cadastro e nos processos de sorteio e a demora na entrega da lista de futuros moradores são problemas que prejudicam uma atuação mais segura e orientada dos técnicos sociais⁴, além de facilitarem a influência ou mesmo o controle do tráfico e de milícias em inúmeros empreendimentos. Cardoso, Mello e Jaenisch (2015) também destacam o impacto do encaminhamento tardio das listas, fato recorrente que impossibilita suportes certos aos futuros moradores, mais bem ajustados a suas necessidades e anseios.

Consideramos que o moroso (e burocrático) processo de definição do grupo de moradores que residirão no conjunto habitacional prejudica, ou mesmo inviabiliza, a realização de um trabalho consistente junto às famílias, cuja finalidade seria não apenas prepará-las para a mudança residencial, mas também oferecer condições para que construíssem relações mais fraternas antes da mudança – evitando, assim, que fossem ocupar um novo espaço com pessoas

⁴ Agentes responsáveis pela elaboração, acompanhamento, execução e avaliação do trabalho social realizado junto às famílias inseridas no programa.

completamente estranhas e muitas vezes entendidas como “problemáticas” ou mesmo potencialmente perigosas. Lopes e Shimbo (2015) avaliam que o modo provisão habitacional do PMCMV se pauta prioritariamente pela lógica dos negócios e não dentro de um modelo de planejamento urbano e com uma dinâmica que permita o atendimento às reais necessidades relacionadas à moradia.

A percepção negativa formulada a respeito do grupo é traço demasiadamente profundo, e a dinâmica do PMCMV não parece permitir que se construam entendimentos e relações de outra ordem. Silva (2019) considera que o programa opera em uma lógica na qual a construção das unidades habitacionais se tornou mais importante do que as pessoas para as quais os imóveis são construídos. O foco na edificação dos empreendimentos ofusca outras demandas, tornando marginal questões que deveriam ser centrais e imprescindíveis para uma real melhoria da qualidade de vida das famílias, tal como estabelecido, enquanto finalidade do programa, na Portaria 140 (2010) do, agora extinto, Ministério das Cidades. A mecânica de funcionamento do programa configura-se, portanto, como obstáculo à edificação de uma relação fraterna voltada para a ação e preservação de direitos comuns. Uma vez que o foco se encontra na produção habitacional, o programa não promove espaços de troca duradouros em que o mútuo respeito e uma identidade coletiva poderiam ser construídos.

Só é possível a construção de laços comunitários se houver um processo de identificação entre os participantes de um mesmo grupo que permita a formação de uma identidade coletiva. Freud (2010) considera a identificação como o laço emocional mais primitivo que se estabelece com outra pessoa, que une os membros de um grupo e nasce da percepção de uma qualidade comum partilhada. “Quanto mais significativo esse algo em comum, mais bem-sucedida deverá ser essa identificação parcial, correspondendo assim ao início de uma nova ligação.” (Freud, 2010: 65).

Entre os moradores de um mesmo conjunto do PMCMV há elementos significativos compartilhados, mas eles são entendidos e sentidos sobretudo como negativos. Estão principalmente relacionados aos estigmas da pobreza, marcas indelévels dos que vivem em situação de humilhação. Lembremo-nos das afirmações da jovem que se considerava problemática, assim como a todos os seus vizinhos; seu discurso revela, contudo, que ela os avalia como ainda mais problemáticos, gente com quem não se deve “misturar”.

Compartilhar o estigma e a humilhação pública não faz irmãos os sofredores; antes alimenta o escárnio, o desprezo e o ódio. Uma pessoa estigmatizada pode gostar ou não de outra portadora do estigma, os indivíduos estigmatizados podem viver em paz ou em guerra entre si — mas algo que provavelmente não acontecerá é que desenvolvam respeito mútuo. “Os outros como eu” significa os outros tão indignos como eu tenho repetidamente afirmado e mostrado ser; “parecer mais com eles” significa ser mais indigno do que já sou. (Bauman, 2003: 110)

Há grupos que comungam o sofrimento político e econômico, o rebaixamento social e moral, mas este destino comum não é suficiente para formar uma comunidade consciente, voltada para a resistência, cultura, alegria e iniciativa (Silva, 2001). Um grupo de resistência “não aparece como uma comunidade exterior, uma comunidade que é de fora percebida por suas marcas gerais mais sensíveis: somos todos pobres, somos todos negros.” (Gonçalves Filho, 2005: 5). Não consideramos, portanto, que seria apropriado nomear de comunidade os grupos de moradores dos conjuntos pesquisados. Afinal, uma comunidade se consolida apenas quando é de dentro

percebida como tal por aqueles que dela fazem parte, que a tomam para si, assumindo um destino comum não como uma fatalidade, mas direcionando-se para a ação. Para tanto, é necessário haver identidade entre seus membros e certa coesão no grupo, elementos que, infelizmente, não pudemos identificar nos empreendimentos estudados.

4. A Violência e o Risco

Merece ser mencionado um episódio em que a animosidade entre o grupo se manifestou de forma bem mais contundente do que as corriqueiras declarações depreciativas: a ameaça de linchamento de um dos moradores, um homem que vivia do recolhimento de materiais recicláveis, classificado como integrante do grupo oriundo da “beira de córrego”. As intimidações foram fomentadas pela suspeita de que seu animal de estimação era vítima de maus tratos e abusos. Tal conjectura, que se espalhou rapidamente, foi justificada pelo fato do animal chorar frequentemente durante a noite, somado ao comportamento considerado “estranho” do seu dono. A partir de diálogos estabelecidos com diversos moradores, foi possível compreender que a caracterização de tal comportamento remetia ao uso de roupas velhas e sujas, assim como pela grande quantidade de “lixo” que ele supostamente guardava em seu apartamento.

Foi necessária a atuação mais incisiva da equipe de trabalho social da prefeitura para evitar que as ameaças se efetivassem. O animal foi levado para receber os cuidados necessários e apenas quando os moradores foram informados de que não foram identificados sinais de abuso, as intimidações e ameaças cessaram.

A questão da violência aparece como um dos problemas mais graves dos conjuntos habitacionais do programa, de acordo com pesquisa realizada na Baixada Santista (Rufino, 2015). Estudos realizados em Fortaleza (Pequeno & Rosa, 2015) também destacaram a violência, fora e dentro do empreendimento, como queixa recorrente dos moradores. “Síndicos ameaçados, imóveis entregues em face da dívida com o tráfico, abandono de imóveis e até homicídios foram relatados nas entrevistas.” (Pequeno & Rosa, 2015: 154). Nascimento *et al.* (2015), a partir de pesquisa realizada na região metropolitana de Belo Horizonte, e Paz *et al.* (2015), na cidade de Osasco, apontam a ambiguidade existente entre a satisfação da realização do sonho da casa própria e a insegurança – provocada por conflitos internos e externos, como disputas pelo tráfico de drogas nas áreas onde os empreendimentos estão inseridos. Segundo Paz *et al.* (2015), 68% dos moradores do conjunto residencial Flor de Jasmim, em Osasco, consideravam a nova moradia mais violenta que a anterior. A violência era ali identificada principalmente pela convivência com o tráfico, os vizinhos e a polícia.

Estudos realizados em sete empreendimentos no estado de São Paulo (Rolnik *et al.*, 2015) denunciam conjuntos dominados por grupos ligados ao tráfico de drogas e/ou a milícias. Esse domínio é exercido tanto territorialmente, por meio do controle de espaços coletivos, quanto administrativamente, por meio da atuação de síndicos impostos e controlados pelos grupos. Os síndicos chegam mesmo a determinar que moradores abandonem seus imóveis para que outras

famílias, indicadas pelos grupos, ocupe-os. Apesar do perceptível receio de tratar sobre o tema, originado pelo medo de represálias, 45,8% dos moradores consideraram o conjunto mais violento e/ou perigoso do que a moradia anterior (Rolnik *et al.*, 2015).

Embora, felizmente, não termos identificarmos situações mais extremas, como o extensivo controle de grupos ligados ao tráfico, os cenários de violência e insegurança nos empreendimentos por nós visitados parecem bem semelhantes aos descritos nas pesquisas citadas. Em diversos conjuntos, a insegurança, alimentada por ameaças internas (oriundas dos próprios vizinhos) e externas (tráfico, violência policial), parecia ser algo constante.

A convivência com o tráfico de drogas fazia parte do cotidiano de todos os conjuntos. A relação, por vezes, tornava-se fonte de grande tensão. Em um dos empreendimentos, uma moradora teria sido ameaçada, após ter sido vista na janela de seu apartamento falando ao celular, o que foi entendido como possível denúncia do comércio de drogas. Ela acabou deixando o apartamento, com receio de represálias e de atentados contra sua vida. Nesse mesmo conjunto habitacional, ouvimos relatos de que um simples desentendimento em uma reunião de condomínio evoluiu para confronto físico que necessitou da intervenção de forças policiais. O que se iniciou com ofensas entre dois moradores acabou transformando-se em luta corporal, que envolveu arremesso de cadeiras, ameaças de morte e confronto generalizado.

Em um conjunto habitacional localizado em outra região da cidade, o porteiro apontava uma janela quebrada, ao contar que um morador havia batido a cabeça da esposa contra o vidro, partindo-o. Em outra ocasião, a síndica, Janete, exibiu um grande corte com vários pontos na cabeça e tranquilamente disse que havia sido consequência de um desentendimento com o marido. Antes mesmo dela relatar o ocorrido, vizinhos já haviam contado sobre essas agressões e também afirmado que as brigas entre o casal eram comuns. No desentendimento anterior, foi Janete quem atingiu o marido na cabeça com um pedaço de madeira. A respeito desse episódio, um dos moradores, Seu Pedrinho – um senhor sempre disposto a dialogar longamente –, afirmou: “Dessa vez ele deu o troco!”

Seu Pedrinho, figura simpática e eloquente, residia com a esposa – a também simpática e afetuosa Dona Teresa, com quem era casado havia cinquenta e um anos – em seu pequeno e acolhedor apartamento. Quando conversamos, ele estava com setenta e seis anos. Era alto e magro, de complexão frágil, cabelos grisalhos e ralos, compensados por um volumoso bigode que se destacava em suas esguias feições. Antes de ser atendido pelo PMCMV, morou durante muitos anos em uma chácara, onde pôde cultivar uma pequena plantação. Seu Pedrinho já havia sido motorista de ônibus e caminhão. Não costumava se queixar de problemas no empreendimento: para ele tudo estava bom, só sentia falta de mais espaço. Era comum encontrá-lo nas áreas comuns do condomínio, especialmente em uma mesa onde com frequência alguns moradores jogavam dominó.

Foi marcante um dos relatos de Seu Pedrinho, contado em uma de nossas primeiras conversas. Disse que havia sido ameaçado por um homem, que tentou roubá-lo, na portaria de seu prédio. Minha memória falha ao tentar recordar as exatas palavras usadas por ele ao narrar o episódio. Recordo-me da sua resposta ao homem, pronunciada em tom desafiador, enquanto buscava a faca que carregava na cintura:

– Eu já sô velho e não tenho nada a perder... Você é novo e bonitão, mas se quiser tentar a sorte eu te abro de cima a baixo.

Ouviu como resposta apenas:

– Você é folgado velho...

Ainda assim, seu Pedrinho pôde passar sem ser molestado.

A cena narrada era intensa e dramática, e seu Pedrinho se expressava com desenvoltura, de maneira quase teatral, carregado de trejeitos e com ares de valentia. Ao final da história eu apenas disse: não faça isso seu Pedrinho, é perigoso... E, ainda olhando para ele, não consegui segurar o riso. Ele também não. Rimos juntos. (Diário de campo, 11 de junho de 2015)

O riso não foi despertado por eventual falta de veracidade da cena. O histórico daquele empreendimento era bem conhecido e toda a situação era bem factível. Contudo, o conteúdo do evento tornava-se secundário, eclipsado pelo desempenho do contador. Ele parecia representar um personagem de si mesmo, provavelmente, por isso rimos. Como afirma Bergson: “Rimos então de um rosto que é por si mesmo, por assim dizer, a sua própria caricatura” (1983: 17). O episódio narrado por Seu Pedrinho se encaixa com todo o contexto identificado na pesquisa e também revela a necessidade de desenvolver estratégias individuais de defesa (mesmo que precárias), mediante a carência de instrumentos coletivos de mútua proteção em um ambiente hostil.

5. Comunidade e Desenraizamento

Consideramos que as experiências de insegurança e violência vivenciadas pelos moradores do PMCMV poderiam ser minimizadas caso existissem condições favoráveis para a construção de uma comunidade ética, tal como definida por Bauman. Como já afirmamos, a ameaça é externa, mas também interna. O estabelecimento de relações mais fraternas poderia enfraquecer ou mesmo anular as ameaças internas e auxiliar no enfrentamento das externas.

Para classe pobre trabalhadora, moradora da periferia, as adversidades encontradas no contexto do PMCMV, geralmente, não representam algo que não fazia parte da sua realidade. No entanto, enquanto moradores do programa, eles se encontram em uma posição maior vulnerabilidade, consequência do desenraizamento a que foram submetidos, uma vez que a mudança para um empreendimento do PMCMV implica uma ruptura com as relações construídas na antiga moradia. E, como afirma Weil (1996), o desenraizamento é a mais perigosa doença das sociedades humanas, pois multiplica-se a si própria; os seres desenraizados só têm dois comportamentos: a inércia da alma, quase equivalente à morte, ou uma atividade que tende sempre a desenraizar aqueles que não estejam desenraizados ou o estejam somente em parte.

Pudemos constatar que o processo de definição do grupo de moradores não respeita laços familiares, de vizinhança, ou com o antigo bairro. Em uma de nossas visitas, ouvimos o desabafo de uma moradora que tentava compreender porque havia sido selecionada para morar naquele conjunto, localizado do lado oposto da cidade onde estava situada sua moradia anterior. O seu descontentamento mostrou-se ainda maior ao contar que, pouco tempo após sua mudança, outro conjunto habitacional havia sido inaugurado muito perto de sua antiga residência, no qual parte de sua família foi selecionada para residir. Relatos do mesmo tipo não eram incomuns. Rufino aponta que não existe uniformidade no processo de seleção de moradores para o programa entre as diferentes prefeituras, identificando processos com pouca transparência. A

pesquisadora considera que um produto padronizado, baseado na propriedade privada e em grandes condomínios, “não se adequa aos diferentes tipos de demandas e necessidades por habitação de interesse social por grupos populacionais que tem características sociais e econômicas diferentes” (Rufino, 2015: 61).

Observar atentamente tal cenário ajuda a compreender as problemáticas relações que se estabelecem entre os moradores dos empreendimentos do PMCMV e as consequentes fragilidades no enfrentamento das adversidades, mesmo das já conhecidas, mas agora vivenciadas na nova moradia, em um novo espaço. No estudo realizado no Residencial Flor de Jasmim, em Santo André, Paz *et al.* (2015) destaca que as famílias já tinham que conviver com o comércio e o tráfico de drogas nas áreas em que originalmente residiam. Porém, a mudança para um novo espaço pauta novas disputas territoriais, desorganiza diversos grupos, e novas regras e arranjos de convivência se estabelecem. Enfrentar situações de violência – e outras adversidades – como morador de um conjunto do PMCMV pode restringir os instrumentos de que ele dispõe para superar situações desfavoráveis.

Na favela, os moradores conhecem as “biqueiras”, os pontos de venda e consumo, a regra de silêncio, como diz uma moradora: “[...] problema de droga, em todo canto tem e não adianta a gente se preocupar... é ruim, é, mas não é o maior problema... porque não é a gente que está usando [...]”. A nova moradia e as áreas internas do condomínio são o território de convívio e de disputa de poder pelas diversas forças atuantes. (Paz *et al.*, 2015: 277)

Alguns, individualmente, terão mais recursos para superar as situações desfavoráveis, como parece-nos ser o caso de Seu Pedrinho. É necessário enfatizar, contudo, que uma organização coletiva consistente, fundada em vínculos mais profundos, com relações consolidadas, as quais se vinculam à participação em uma coletividade – capaz de conservar tesouros do passado e trazer pressentimentos para o futuro, tal como destaca Simone Weil (1996) – configuram-se como elementos fundamentais para enfrentar um cenário em que a insegurança impera. Nesse contexto, os moradores do PMCMV parecem vivenciar uma situação de maior fragilidade, uma vez que a dinâmica de implementação do programa federal, muitas vezes, desenraiza-os, rompendo antigos laços, e, ao mesmo tempo, parece não ser capaz de oferecer condições favoráveis para a construção de novas relações consistentes e fraternas.

Consideraciones Finales

Procuramos apontar que as relações entre os moradores do PMCMV se estabelecem, sobretudo, de maneira hostil, de modo que os vizinhos são percebidos como pessoas estranhas, problemáticas, indignas, gente com quem não se deve “misturar”. Para a consolidação de laços comunitários consistentes, é necessário que haja identificação entre seus membros, contudo, entre os moradores do PMCMV, o traço mais significativo compartilhado remete ao estigma da

pobreza, mas, como afirma Bauman (2003: 110): “Compartilhar o estigma e a humilhação pública não faz irmãos os sofredores; antes alimenta o escárnio, o desprezo e o ódio.”

Tal cenário agrava uma condição marcante nos empreendimentos visitados: a violência (proveniente de agentes internos e externos). Consideramos que a dinâmica que rege a implantação do programa não contribui para a superação de tal problemática, pelo contrário, agrava a situação, fragilizando ainda mais a condição dos moradores, pois acaba desenraizando as famílias ao romper com os antigos laços provenientes das relações constituídas na moradia de origem; sem oferecer, em contrapartida, condições favoráveis para que se constituam ligações cordiais, relações mais fraternas que poderiam auxiliar na construção de laços comunitários, na formação de um grupo voltado para a ação e mútua proteção.

A relevância do PMCMV no atendimento às famílias de baixa renda precisa ser reconhecida. O programa foi responsável por aportar subsídios bilionários para a construção em massa de habitação de interesse social. Consolidou-se, em termos quantitativos, como o programa mais importante da história das políticas públicas de habitação do Brasil. Os méritos do PMCMV precisam ser reconhecidos, sobretudo, em um contexto em que o atendimento a população de baixa renda deixa de existir enquanto política pública de âmbito federal. A Medida provisória 996, de 25 agosto de 2020, que institui o Programa Casa Verde e Amarela, (sucessor do PMCMV), representa um retrocesso, uma vez que retira os recursos para provisão habitacional da camada mais pobre da população, então atendida pela faixa I do PMCMV. A Casa Verde Amarela não passa de um programa de financiamento imobiliário, submetendo aqueles que mais necessitam de moradia às regras e exigências de mercado.

Contudo, mesmo neste desalentador cenário, a crítica ao PMCMV se faz necessária. É preciso identificar de que forma o programa opera e reconhecer que, para que o atendimento às famílias seja realmente satisfatório, é imperativo atentar para as condições que pautam as dinâmicas que se construirão no novo espaço de moradia. É necessário considerar que as reais necessidades da população não se restringem ao material acesso à moradia.

É fundamental, portanto, considerar o histórico da população atendida, respeitando antigos laços já consolidados, assim como possibilitar espaços de troca, humanizando as relações e permitir a construção de novos laços, de relações mais cordiais entre aqueles que irão compartilhar um mesmo local de moradia.

Referências Bibliográficas

- Amore, Caio Santo. (2015). Minha Casa Minha Vida para iniciantes. Em Caio Santo Amore, Lúcia Zanin Shimbo & Maria Beatriz Cruz Rufino. *Minha casa... e a cidade? Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros* (1ª ed). Rio de Janeiro: Letra Capital
- Bauman, Zygmunt. (2003). *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Bergson, Henri. (1983). Sobre o cômico em geral, comicidade das formas e dos movimentos, força e expansão do cômico. Em Henry Bergson. *O Riso – Ensaio sobre a significação do cômico* (2ª ed.). Rio de Janeiro: Zahar.
- Bonduki, Nabil. (2014). Cem anos de construção da política pública de habitação no Brasil: o desafio de uma arquitetura para a maioria. Em Nabil Bonduki. *Os Pioneiros da Habitação Social no Brasil*. volume 1. (1ª ed., pp. 1 - 129). São Paulo: Unesp.
- Brandão, Carlos Rodrigues. (2006). A pesquisa participante e a participação da pesquisa: Um olhar entre tempos e espaços a partir da América Latina. Em Carlos Rodrigues Brandão, & Danilo Romeu Streck. *Pesquisa participante: a partilha do saber*. Aparecida: Ideias e Letras.
- Cardoso, Adauto Lúcio., Mello, Irene Queiroz., & Jaenisch, Samuel Tomas (2015). A implementação do Programa Minha Casa Minha Vida na Região Metropolitana do Rio de Janeiro: agentes, processos e contradições. Em Caio Santo Amore, Lúcia Zanin Shimbo, & Maria Beatriz Cruz Rufino. (Orgs.). *Minha casa... e a cidade? Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros*. Rio de Janeiro: Letra Capital.
- Freud, Sigmund. (2011). Psicologia das Massas e Análise do Eu. Em Sigmund Freud. *Psicologia das Massas e Análise do Eu e outros textos* (1ª ed.). São Paulo: Companhia das Letras. (Originalmente publicado em 1921).
- Gertz, Clifford. (2008). Uma Descrição Densa: Por uma Teoria Interpretativa da Cultura. Em Clifford Gertz. *A Interpretação das Culturas*. (1ª ed.). Rio de Janeiro: LTC.
- Goffman, Erving. (2015). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC.
- Gonsalves, Elisa Pereira. (2006) Pesquisa, participar: sensibilidades pós-modernas. Em Carlos Rodrigues Brandão, & Danilo Romeu Streck. *Pesquisa participante: a partilha do saber* Aparecida: Ideias e Letras.
- Gonçalves Filho, José Moura. (2005). Problemas de método em Psicologia Social: algumas notas sobre a humilhação política e o pesquisador participante. Em Ana M. Bahia Bock, (Org.), *Psicologia e o compromisso social* (2ª Ed.). São Paulo: Editora Cortez.
- Lopes, João Marcos de Almeida., & Shimbo, Lúcia Zanin. (2015). Um olhar sobre a produção do PMCMV a partir de eixos analíticos. Em Caio Santo Amore, Lúcia Zanin Shimbo, & Maria Beatriz Cruz Rufino. (Orgs.). *Minha casa... e a cidade? Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros*. Rio de Janeiro: Letra Capital.
- Maricato, Ermínia. (2011). *O Impasse da Política Urbana*. Em Ermínia Maricato. *O Impasse da Política Urbana no Brasil*. Petrópolis: Vozes.
- Presidência da República. (2020, 25 de agosto). *Medida Provisória nº 996*. Institui o programa casa verde e amarela. Brasília, DF.

- Nascimento, Denise Morado., Costa, Heloisa Soares de., Mendonça, Jupira Gomes de., Lopes, Marcela Silviano Brandão., Lamounier, Rosamônica da Fonseca., Salomão, Thais Mariano Nassif., & Soares, André Costa Braga. (2015). Programa Minha Casa Minha Vida: desafios e avanços na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Em Caio Santo Amore, Lúcia Zanin Shimbo, & Maria Beatriz Cruz Rufino. (orgs.). *Minha casa... e a cidade? Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros*. Rio de Janeiro: Letra Capital.
- Paz, Rosângela Dias de Oliveira da., Arregui, Carola Carbajal., Rodrigues, Maria de Lourdes da Paz., & Blanco, Marisa A. Almeida. (2015). Trabalho social no Programa Minha Casa Minha Vida: a experiência da cidade de Osasco/São Paulo. Em Caio Santo Amore, Lúcia Zanin Shimbo, & Maria Beatriz Cruz Rufino. (orgs.). *Minha casa... e a cidade? Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros*. Rio de Janeiro: Letra Capital.
- Pequeno, Renato., & Rosa, Sara Vieira. (2015). Inserção urbana e segregação espacial: análise do Programa Minha Casa Minha Vida em Fortaleza. Em Caio Santo Amore, Lúcia Zanin Shimbo, & Maria Beatriz Cruz Rufino. (orgs.). *Minha casa... e a cidade? Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros*. (1ª ed.). Rio de Janeiro: Letra Capital.
- Ministério das Cidades. (2010, 05 de abril) *Portaria nº 140*. Dispõe sobre os critérios de elegibilidade e seleção dos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV. Brasília, DF.
- Ministério das Cidades. (2014, 22 de janeiro). *Portaria nº 21*. Aprova o manual de instruções do trabalho social nos programas e ações do Ministério das Cidades. Brasília, DF.
- Rolnik, Raquel. (2014). *Ferramentas para avaliação da inserção urbana dos empreendimentos do MCMV. Projeto de Pesquisa da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, Equipe Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade*. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- Rolnik, Raquel., Pereira, Alvaro Luis dos Santos., Moreira, Fernanda Accioly., Royer, Luciana de Oliveira., Iacovini, Rodrigo Faria Gonçalves, & Nisida, Vitor Coelho. (2015). O Programa Minha Casa Minha Vida nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas: aspectos socioespaciais e segregação. *Cadernos Metrópole*, 17(33), 127-154. Acessado em: 20 de abril de 2016, de: <https://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2015-3306>
- Rufino, Maria Beatriz Cruz. (2015). Um olhar sobre a produção do PMCMV a partir de eixos analíticos. Em Caio Santo Amore, Lúcia Zanin Shimbo, & Maria Beatriz Cruz Rufino. (orgs.). *Minha casa... e a cidade? Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros*. (1ª ed.). Rio de Janeiro: Letra Capital.
- Silva, Alessandro Soares da. (2001). Consciência e Participação Política: uma abordagem psicopolítica. *Interações*, 6(12), 69-90.
- Silva, Douglas Cardoso da. (2019). Habitação social e participação popular: um estudo sobre as diretrizes do Programa Minha Casa Minha Vida. *Revista Interdisciplinar de Gestão Social*, 1 (8), 41-62. Acessado em 16 de julho de 2019, de: <https://portalseer.ufba.br/index.php/rigs/article/view/26465>
- Simone. (1996). O Desenraizamento. Em Ecléa Bosi. (org.). *A condição operária e outros estudos sobre a opressão*. (2ª ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra (Originalmente publicado em 1936).

Recebido em 02/12/2018.

Revisado em 23/05/2019.

Aceito em 03/07/19.